

RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.113 - SP (2019/0135808-9)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : JOSE LOPES
RECORRENTE : ADILSON CALDEIRA
RECORRENTE : FLAVIO DONIZETI FELES
RECORRENTE : ANTONIO CLAUDIO DE OLIVEIRA
RECORRENTE : EDSON APARECIDO DE MATTOS
RECORRENTE : ROBERTO SANGO
RECORRENTE : JOSE CARLOS DE CARVALHO
RECORRENTE : JOSE ROBERTO SONEGO
RECORRENTE : ROBSON WILSON CANOSSA TORRE
RECORRENTE : PAULO ZANI
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA E OUTRO(S) - SP237006
RECORRENTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : AUGUSTO RODRIGUES PORCIUNCULA E OUTRO(S) -
SP328673
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de Recursos Especiais interpostos (art. 105, III, "a" e "c", da Constituição da República) contra acórdão assim ementado:

POLICIAIS MILITARES. Quinquênios e sexta-parte sobre os vencimentos integrais de período anterior ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo por associação de policiais militares. Não cabe impor prévia liquidação somente para efeito do valor da causa ou da competência do Juizado Especial. Indeferimento da petição inicial afastado, com julgamento da causa nos termos do artigo 1013, § 3º, do Código de Processo Civil atual. Prova exclusivamente documental e defesa de mérito deduzida com a resposta ao recurso de apelação.

Ação proposta por policiais militares da ativa e por inativos. Ilegitimidade passiva de SPPREV, que não respondia pelos encargos das aposentadorias dos autores no período a que se refere a postulação, de 29-08-2003 a 28-08-2008. Não ocorrência do trânsito em julgado no mandado de segurança coletivo que não constitui óbice à demanda pelo período anterior ao seu ajuizamento, dispensada certidão a respeito.

Não é caso de suspensão do processo porque haverá nova incursão no pedido e na causa de pedir, atendendo, ainda, à garantia de inafastabilidade da jurisdição. Ressalvado entendimento em contrário, adota-se a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança

coletivo, cujo prazo voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado no referido processo. Legitimidade ativa.

Repercussão geral que não abrange essa hipótese.

Legitimidade extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo. Não se exige autorização expressa dos associados, nem comprovação do momento da filiação e tampouco apresentação de rol dos associados. Toda a categoria é beneficiada. Matéria de fundo. Quinquênios e sexta parte. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que integram a remuneração regular dos servidores e os proventos de aposentadoria. Cabimento.

Regramento do artigo 129 da Constituição do Estado aplicável também aos servidores militares. Norma de superior hierarquia que prevalece sobre o dimensionamento mais restrito da Lei Complementar 731/1993. Adicional de Insalubridade e Adicional de Local de Exercício que integram a remuneração dos policiais militares em caráter regular e serão considerados para efeito dos quinquênios e da sexta- parte. Recomposição das correspondentes diferenças dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança coletivo. Para evitar repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos tribunais superiores, são abordados os questionamentos que neles vêm sendo formulados.

Recurso parcialmente provido para, afastando o indeferimento da petição inicial e extinguindo o processo, por ilegitimidade passiva, em relação a SPPREV, julgar procedente a demanda somente em relação ao Estado.

Os Embargos de Declaração opostos foram acolhidos com ementa nos seguintes termos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Diferenças de quinquênios e sexta-parte de período anterior ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo. Efeito do mandado de segurança coletivo, de interrupção da prescrição para o período anterior, em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que também estende os seus efeitos a toda a categoria, não se restringindo aos associados da impetrante, com dispensa de autorização para o ajuizamento da ação coletiva.

Associação só necessita de autorização dos filiados quando os “representa”, não quando “substitui a categoria”, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Precedente invocado, que exige a autorização expressa dos associados, se restringe ao momento de execução do título judicial, com individualização dos créditos patrimoniais de cada membro, então se tratando, não mais de substituição, mas de representação, o que não afeta a substituição processual da fase de conhecimento e menos ainda a cobrança individual do período pretérito. Por se tratar de interesses individuais homogêneos, abrangendo toda a categoria, todos se

beneficiam da interrupção da prescrição operada pela ação coletiva. Pendência de decisão final do mandado de segurança coletivo, sobre os limites subjetivos da decisão coletiva, não deve embaraçar as demandas individuais por valores pretéritos, não se justificando aguardar por tempo indefinido o resultado final da ação coletiva, também porque nenhuma lesão de direito pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário. Para tais considerações, são acolhidos os embargos, mas sem efeito modificativo.

Os recorrentes Antônio Claudio de Oliveira e outros, em Recurso Especial, apontam divergência jurisprudencial e violação dos arts. 219, *caput* e § 1º, e 405 do Código Civil, sob o argumento de que "o termo inicial dos juros de mora deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora do mandado de segurança que a embasou, porquanto é este o momento em que se constituição em mora do devedor quanto ao pagamento dos efeitos patrimoniais vindicados" (fl. 374, e-STJ).

Por sua vez, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e São Paulo Previdência - SPPREV interpuseram Recurso Especial alegando afronta dos arts. 2º-A, parágrafo único, da Lei 9.494/1997 e 1º do Decreto 20.910/1932. Afirmam:

No caso dos autos, a parte autora não juntou A AUTORIZAÇÃO ASSEMBLEAR ESPECÍFICA PARA ESTA IMPETRAÇÃO, bem como o rol na qual consta como filiada à época da impetração, o que tem por consequência a sua ilegitimidade ativa, além da inépcia da inicial por inobservância de requisito para esta demanda nos termos do art. 2ª-A, parágrafo único da Lei Federal nº 9.494/97 (fl. 324, e-STJ).

(...)

Verifica-se que encontra-se prescrito o direito dos autores na condenação proposta entre agosto de 2003 e agosto de 2008, pois a impetração de writ por terceira pessoa não é medida proposta pelo devedor apta a interromper a prescrição da cobrança de valores.

A ação mencionada não foi proposta pelos autores, não sendo ato por eles praticados para lhes beneficiar em termos de interrupção da prescrição, porquanto não afastou sua desídia através de ato judicial como previsto no art. 202 do Código Civil (fl. 328, e-STJ)

(...)

No caso, foi ultrapassado o prazo de cinco anos estabelecidos para demandar em face do Estado quanto às parcelas entre 2003 e 2008. E, se disso eventual prejuízo resultou ao autor, também essa discussão não pode mais ser levada a efeito, porquanto prejudicada análise e decisão a respeito, pelo decurso do prazo hábil à finalidade, conforme previsão do art. 1º do Decreto 20910/32.

Ocorre que não houve qualquer interrupção de prazos prescricionais. O mandado de segurança mencionado foi impetrado por

terceiros, não podendo beneficiar os autores desta ação (fls. 328-329, e-STJ).

Requerem ainda a aplicação integral da Lei 11.960/2009.

Contrarrazões às fls. 385-391 e fls. 393-407, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 5 de junho de 2019.

Aprecio, inicialmente, o Recurso Especial de Antônio Claudio de Oliveira e outros (fls. 365-381, e-STJ)

Merece prosperar a irresignação.

O Tribunal de origem, ao julgar a questão referente ao termo da contagem dos juros de mora, consignou (fl. 282, e-STJ):

Por se tratar de simples inadimplemento, sem conteúdo ilícito, os juros de mora são da citação (Código Civil, artigo 405), considerada a citação nesta demanda de cobrança, momento em que o devedor tomou conhecimento da pretensão do credor aos atrasados.

O acórdão recorrido encontra-se em desacordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que firmou entendimento de que o termo inicial dos juros de mora da ação de cobrança, lastreada no direito reconhecido na via mandamental, deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora no *writ*, pois é o momento em que, nos termos do art. 219 do CPC/1973, ocorre a interrupção do prazo prescricional e a constituição em mora do devedor.

Nesse sentido, confira-se o precedente:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.
SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL MILITAR.
ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO (ALE). DIREITO
RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. AÇÃO DE
COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO.
TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA
AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO
MANDAMUS.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que "o termo inicial dos juros de mora da ação de cobrança, lastreada no direito reconhecido na via mandamental, deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora no *writ*, pois é o momento em que, nos termos do art. 219 do CPC/1973, ocorre a interrupção do prazo prescricional e a constituição em mora do devedor" (REsp. 1.151.873/MS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 23.3.2012).

2. Recurso Especial provido.

(REsp 1793699/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 29/05/2019).

Passo à análise do Recurso Especial do Estado de São Paulo e São Paulo Previdência (fls. 321-335, e-STJ)

Os recorrentes apontam violação do art. 2º-A, parágrafo único, da Lei 9.494/1997, alegando que "a parte autora não juntou A AUTORIZAÇÃO ASSEMBLEAR ESPECÍFICA PARA ESTA IMPETRAÇÃO, bem como o rol na qual consta como filiada à época da impetração, o que tem por consequência a sua ilegitimidade ativa" (fl. 324, e-STJ).

Sem razão.

A Corte de origem, ao examinar a matéria, decidiu:

(...), a associação impetrou o mandado de segurança coletivo na qualidade de legitimada extraordinária, hipótese de substituição, legitimação extraordinária, não de representação processual, por isso não se exigindo autorização expressa dos associados, tampouco comprovação do momento da filiação e apresentação de rol de associados, tendo decidido o Superior Tribunal de Justiça que toda a categoria é beneficiada, independente desses aspectos (fl. 275, e-STJ).

Ao assim decidir, a Corte estadual deu à controvérsia solução que se encontra em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Nessa linha:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. ASSOCIAÇÃO DOS
SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DE SÃO PAULO. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE.
RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO INFIRMAM A
FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA
DA SÚMULA 283/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA
COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ. AGRAVO
INTERNO IMPROVIDO.

I. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança Coletivo, impetrado pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo sido concedida a ordem, para o recálculo da base sobre a qual incidem quinquênio e sexta-parte.

II. O recurso encontra óbice na Súmula 283/STF, aplicada por analogia, porquanto, a ora recorrente deixou de combater, nas razões do Especial, os fundamentos do acórdão recorrido, no sentido de que "o

E. Supremo Tribunal de Justiça firmou o entendimento, por meio da súmula nº 629, de que 'A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes', bem como de que "os precedentes citados pelas agravantes (RE 573.232/SC e 612.043/PR) não cuidam de ação mandamental, mas de ações coletivas, quando então a regra constitucional aplicável é a do art. 5º, XXI, da CF/1988. Não é esse o caso dos autos, que envolve cumprimento de sentença proferida em mandado de segurança coletivo".

III. Ademais, segundo a jurisprudência do STF e do STJ, o Mandado de Segurança coletivo configura hipótese de substituição processual, por meio da qual o impetrante - no caso, a Associação agravada - atua em nome próprio, defendendo direito alheio, pertencente aos associados ou parte deles, sendo desnecessária, para a impetração do mandamus, apresentação de autorização dos substituídos ou mesmo lista nominal. Nesse sentido: STF, MS 31.336/DF, Rel. Ministro EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2017; AgRg no RE 501.953/DF, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/04/2012; STJ, AgInt no AREsp 993.662/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/10/2017; RMS 45.215/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/03/2015. Dessa forma, os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo alcançam todos os associados, ou parte deles, cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada na decisão da impetração coletiva, sendo irrelevante que, no caso, a filiação à Associação impetrante tenha ocorrido após a impetração do writ. Em tal sentido: STJ, AgInt no AgInt no AREsp 1.187.832/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1307723/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 13/12/2018).

Melhor sorte não assiste aos insurgentes no que tange à tese de prescrição, haja vista ser firme nesta Corte o posicionamento segundo o qual o ajuizamento de Ação Coletiva interrompe a prescrição para fins de ajuizamento de Ação Individual.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE 24%. PRESCRIÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. AGRAVO INTERNO DO SERVIDOR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O ajuizamento da Ação Coletiva, no ano de 2002, apenas interrompeu a prescrição para fins de ajuizamento de Ação

Individual e não para pagamento de parcelas vencidas. Assim, a citação do Estado na mencionada Ação Coletiva não teve o condão de impedir o reconhecimento da prescrição quinquenal para pagamento das parcelas pretéritas, a qual, contudo, atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da presente Ação Individual, nos termos da Súmula 85/STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp. 1.559.883/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 23.5.2016.

2. Agravo Interno do Servidor a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.473.917/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/02/2019).

Por fim, observa-se que um dos temas tratados no Recurso Especial refere-se à incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora.

Referida matéria, porém, teve sua repercussão geral reconhecida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 870.947/SE (Tema 810 - Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009).

Em recente decisão, o STF deferiu efeito suspensivo aos Embargos de Declaração, impossibilitando a imediata aplicação do *decisum* embargado antes da apreciação pela Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida.

Vejamos:

Desse modo, a imediata aplicação do *decisum* embargado pelas instâncias *a quo*, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas.

Ex positis, DEFIRO excepcionalmente efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelos entes federativos estaduais, com fundamento no artigo 1.026, §1º, do CPC/2015 c/c o artigo 21, V, do RISTF. (ED, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 24/09/2018, publicado em processo eletrônico DJe-204 Divulg 25/09/2018 Public 26/09/2018)

Embora a jurisprudência do STJ tenha firmado a compreensão de ser desnecessário aguardar o trânsito em julgado para adoção do paradigma firmado em recurso repetitivo ou de repercussão geral, deve ser respeitado o efeito suspensivo atribuído pelo STF às causas relacionadas ao supracitado Recurso Extraordinário em face da possibilidade de modificação do julgado.

Nesse sentido: REsp 1.771.610/AL, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 20/11/2018.

Ante o exposto, **dou provimento ao Recurso Especial de Antônio Claudio de Oliveira e outros, para fixar o termo inicial dos juros de mora na data da notificação da autoridade coatora no Mandado de Segurança do qual se origina a ação de cobrança. Nego provimento ao Recurso Especial do Estado de São Paulo e da São Paulo Previdência e, quanto ao juros, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/1973 ou 1.039 a 1.041 do CPC/2015 e após a publicação do acórdão proferido no referido Recurso Extraordinário:**

a) **denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo Supremo Tribunal Federal; ou**

b) **proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da tese firmada no julgamento da matéria com repercussão geral reconhecida.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de junho de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator